

Os muitos desafios da política de juventude

Beto Cury*

Após décadas mantida no esquecimento, a juventude brasileira começa finalmente a ganhar espaço na agenda das políticas públicas. Obviamente ainda temos um longo caminho a percorrer, com muitos desafios a superar, mas o primeiro passo para a construção de uma Política Nacional de Juventude foi dado pelo presidente Lula, com a criação, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Projovem - Programa de Inclusão de Jovens. De lá para cá tivemos conquistas importantes, como o lançamento, em setembro de 2007, do Programa Unificado de Juventude, o novo Projovem, que entra em vigor este ano, e a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude, em Brasília, no período de 27 a 30 de abril.

De setembro do ano passado a março deste ano, as etapas preparatórias da Conferência mobilizaram, em todo o Brasil, mais de 400 mil jovens das diversas "juventudes" - estudantil, dos partidos políticos, trabalhadora urbana e rural, do hip hop e dos skatistas. É importante destacar também a consulta às comunidades tradicionais, com a colaboração de jovens indígenas, quilombolas, ciganos e ribeirinhos, entre outros. Ao longo de seis meses, foram realizadas 841 conferências municipais e regionais, 27 estaduais e 689 conferências livres, que foram a



O Secretário Nacional de Juventude, Beto Cury

Até pouco tempo, em razão do Estatuto da Criança e do Adolescente as iniciativas alcançavam apenas o jovem com até 18 anos incompletos. A partir dessa faixa etária, do ponto de vista da política pública o jovem era inserido no grupo dos adultos, com direito às políticas universais sem qualquer reconhecimento de suas especificidades e peculiaridades.

grande inovação desse processo, permitindo que qualquer grupo discutisse o tema e encaminhasse suas sugestões para o encontro em Brasília - que contou com a presença de mais de 2 mil delegados eleitos. Em todas as etapas vivenciamos o interesse e o entusiasmo dos participantes, o que reforça a nossa tese de que o jovem, quando convidado, participa de forma efetiva da vida política do país.

A Conferência veio reforçar uma das dimensões da política de juventude que é o estímulo à participação, já amplamente

praticado através do Conselho Nacional de Juventude. Com dois terços de sua composição oriundos da sociedade civil, o Conjuve tem exercido papel fundamental na discussão da temática juvenil. Nesse ambiente democrático, o governo vem mantendo um diálogo permanente com a sociedade, em especial com os jovens, que agora têm a oportunidade de apontar suas necessidades e expectativas, além de sugerir alternativas para as ações governamentais em nível federal, estadual e municipal.

Outra dimensão da política juvenil que pretendemos consolidar é a da inclusão de milhões de jovens na escola e no mercado de trabalho. Apenas para mostrar a gravidade do problema, a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) revela que o Brasil possui 4,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, estão fora da escola e de quaisquer oportunidades de emprego. É exatamente para enfrentar o desafio da exclusão, visando gerar oportunidades que assegurem direitos, que o governo do presidente Lula lançou programas como o Projovem, o ProUni, os Pontos de Cultura, o Programa Segundo Tempo e outras iniciativas. Desde 2005, mais de R\$ 1 bilhão foi investido em programas voltados para a juventude, beneficiando cerca de 800 mil jovens em todo o país. É assim que pretendemos assegurar o acesso à educação, aos bens culturais e ao esporte para aqueles que se encontram na fronteira entre a possibilidade de uma vida plenamente cidadã e os riscos de, por absoluta ausência de oportunidades, ser cooptados pela criminalidade.

Com o Projovem Integrado, o governo pretende ampliar significativamente esse número, chegando, até 2010, a mais de 3,5 milhões de jovens, oferecendo formação profissional, elevação de escolaridade e desenvolvimento humano. Dessa forma eles terão melhores condições de encarar o mercado de trabalho e, com o apoio de outros programas, como o Projea, concluir o ensino médio profissionalizante, podendo chegar à universidade por meio do Prouni ou estimulados pela ampliação de vagas nas instituições públicas federais.

Com o Projovem Integrado, o governo pretende ampliar significativamente esse número, chegando, até 2010, a mais de 3,5 milhões de jovens, oferecendo formação profissional, elevação de escolaridade e desenvolvimento humano.



Participantes da Conferência Nacional de Juventude

Outro aspecto relevante da Política Nacional de Juventude é a dimensão institucional, com a multiplicação de espaços específicos de juventude em âmbito federal, estadual e municipal. Embora já tenhamos avançado muito, com a criação de conselhos, secretarias ou coordenações de juventude em vários estados e municípios, não temos ainda uma cultura juvenil consolidada entre os agentes políticos e gestores públicos. Até pouco tempo, em razão do Estatuto da Criança e do Adolescente as iniciativas alcançavam apenas o jovem com até 18 anos incompletos. A partir dessa faixa etária, do ponto de vista da política pública o jovem era inserido no grupo dos adultos, com direito às políticas universais sem qualquer reconhecimento de suas especificidades e peculiaridades. A consolidação desses espaços vai permitir a

articulação dos respectivos governos para implementação de uma política juvenil em todos os níveis federativos.

Dimensão internacional

Uma outra dimensão importante é a internacional, que amplia as nossas cooperações, com a troca de experiências e intercâmbios com outros países. O Brasil está aderindo à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), que envolve Portugal, Espanha e os países da América Latina. Com sede na Espanha, onde funciona a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), a OIJ é o único organismo multilateral que trata do tema juventude no mundo. Fortalecer a Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ) também é fundamental para consolidarmos o tema na agenda da integração dos Países do Cone Sul.

Por fim, temos a dimensão legal, que é imprescindível para transformar a política de juventude em uma política de Estado, ou seja, em uma política não-sujeita à maior ou menor sensibilidade social dos governantes. Precisamos assegurar que, independentemente de quem esteja no poder, o tema integre a agenda das políticas públicas com o devido respaldo jurídico. Nesse sentido é muito importante a aprovação da

Proposta de Emenda Constitucional - PEC, inserindo a juventude no texto da Constituição Federal, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais. É essencial também o debate e a votação do Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004), que está em discussão no Congresso Nacional e estabelece um conjunto de metas sobre os direitos dos jovens que o país deve alcançar nos próximos dez anos.

Acreditamos que, consolidando essas dimensões - institucional, legal, participativa, internacional e inclusiva -, poderemos avançar rumo a uma política de Estado de/para/com a juventude, possibilitando aos jovens exercerem o papel de protagonistas do projeto de desenvolvimento do país. Esse é o grande desafio da Secretaria Nacional de Juventude e estamos otimistas a respeito da possibilidade de darmos passos ainda mais largos nos próximos três anos para concretizar esse objetivo, sem o qual jamais conseguiremos construir uma democracia plenamente republicana no Brasil.

Fortalecer a Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ) também é fundamental para consolidarmos o tema na agenda da integração dos países do Cone Sul.

***BETO CURY** é Secretário Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República.

